

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Central de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018

PROCESSO PJUS Nº 00989/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2018
LICITAÇÃO Nº 103/2018

Aos 20 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezoito, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – TJ/RN, com sede na Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, em Natal/RN – CEP nº 59025-300, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 08.546.459/0001-05, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 112.234 - SSP/RN, inscrito no CPF sob o n.º 056.053.774-34, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos da Lei 8.666/1993, da Lei 10.520/2002, da Resolução Nº 043/2008-TJ, publicada no DJe em 11 de setembro de 2008, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no certame licitatório acima citado, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ofertados pela empresa abaixo qualificada, cujo representante assina a presente ata de registro de preços, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, obrigando-se a fornecer o objeto de acordo com as especificações e nas condições propostas na licitação supracitada, dentro do prazo de 12 meses.

Fornecedor:	Razão social:	JULEAN DECORAÇÕES LTDA
	Endereço:	Av. dos Andradas, 1005 – Morro da Glória – Juiz de Fora/MG – CEP 36080-350
	CNPJ:	10.525.127/0001-08
Representante:	Nome completo:	Ângela Euzébio Fernandes
	CPF:	033.649.476-94
	RG (Número e órgão emissor):	10.116.151/SSP-MG
Contato:	Telefone com DDD:	(32) 3217-4612 / 98874-0871
	E-mail:	juleanjf@gmail.com

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO..

Aquisição com instalação e quando necessário a retirada de PELÍCULAS DE PROTEÇÃO SOLAR, nas condições estabelecidas no edital do certame licitatório acima citado, que, juntamente com a proposta do FORNECEDOR, integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição;

1.1 O edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico abaixo:
http://ww4.tjrn.jus.br/S_Administrativo/licitacaoWeb/licitacaoConcluida.asp

1.2 Este instrumento não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao licitante FORNECEDOR cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência, conforme dispõe o art. 4º, da Resolução nº 043/2008-TJ, publicado no DJe em 11 de setembro de 2008.

CLÁUSULA 2ª – DOS PREÇOS REGISTRADOS

GRUPO	COMARCAS ATENDIDAS	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM	VALOR TOTAL POR GRUPO
I	Sede do Tribunal de Justiça, Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes, Fórum Varela Barca, Departamento de Materiais (Rua Elizabeth), Ed Millenium, Anexo Ribeira, Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Anexo da Rua Mossoró, ESMARN, Memorial Des. Vicente Lemos, Corregedoria Geral da Justiça e Complexo Judiciário de Natal.	1	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Fumê Escuro STA 5 GR, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 70% e rejeição da temperatura 46%.	m ²	1.600	R\$ 36,00	R\$ 57.600,00	R\$ 109.650,00
		2	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Jateado PM 70 W, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 8% e rejeição da temperatura 15%.	m ²	300	R\$ 36,80	R\$ 11.040,00	
		3	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Prata Refletivo STR 20 SIR, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 15% e rejeição da temperatura 70%.	m ²	800	R\$ 37,80	R\$ 30.240,00	
		4	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Black-out, em Poliéster Profissional Dyed, 100% de retenção de luminosidade e 80% de rejeição de temperatura.	m ²	300	R\$ 35,90	R\$ 10.770,00	
II	São Paulo do Potengi, São Tomé, Santa Cruz, Tangará, São José de Campestre, Monte Alegre, São José de Mipibú, Nísia Floresta, Arês, Nova Cruz, Santo Antônio, Goianinha, Pedro Velho, Canguaretama, Parnamirim e Macaíba	5	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Fumê Escuro STA 5 GR, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 70% e rejeição da temperatura 46%.	m ²	900	R\$ 42,80	R\$ 38.520,00	R\$ 67.670,00
		6	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Jateado PM 70 W, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 8% e rejeição da temperatura 15%.	m ²	100	R\$ 42,00	R\$ 4.200,00	
		7	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Prata Refletivo STR 20 SIR, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 15% e rejeição da temperatura 70%.	m ²	450	R\$ 46,00	R\$ 20.700,00	
		8	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Controle Solar) - Black-out, em Poliéster Profissional Dyed, 100% de retenção de luminosidade e 80% de rejeição de temperatura.	m ²	100	R\$ 42,50	R\$ 4.250,00	
IV	Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Upanema, Areia Branca, Baraúna, Açu, Ipanguaçu e Mossoró.	13	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Proteção Solar) - Fumê Escuro STA 5 GR, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 70% e rejeição da temperatura 46%.	m ²	1.000	R\$ 60,00	R\$ 60.000,00	R\$ 125.000,00
		14	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Proteção Solar) - Jateado PM 70 W, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 8% e rejeição da temperatura 15%.	m ²	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	
		15	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Proteção Solar) - Prata Refletivo STR 20 SIR, em Poliéster Profissional Dyed, retenção da luminosidade de 15% e rejeição da temperatura 70%.	m ²	500	R\$ 90,00	R\$ 45.000,00	
		16	Fornecimento, instalação e quando necessário à retirada de Filme de Terrefelato (Película de Proteção Solar) - Black-out, em Poliéster Profissional Dyed, 100% de retenção de luminosidade e 80% de rejeição de temperatura.	m ²	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00	

1.3 As especificações detalhadas do objeto constam do edital e seus anexos.

CLÁUSULA 3ª - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

3.1 Do local para realização da entrega: A entrega e instalação das películas e bem como a sua retirada, objeto da referida licitação, deverá ocorrer, na sede do TJ/RN, situada na Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, em Natal/RN – CEP 59.025-300, e/ou em qualquer órgão, setor ou Comarca do Estado do Rio Grande do Norte.

3.2 Do prazo para realização da entrega: 25 dias úteis, após a solicitação do pedido, que deverá ser feita pelo TJ/RN, através do Departamento de Recursos e Materiais, notadamente por meio do fax ou do e-mail indicados na respectiva proposta de preço da licitante contratada.

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga-se a:

- a) Gerenciar a presente ata de registro de preços, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Convocar os licitantes fornecedores, via e-mail, para retirada da nota de empenho ou assinatura do respectivo contrato, conforme o caso;
- c) Durante a vigência da presente ata de registro de preços, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- d) Conduzir, através de sua Central de Registro de Preços, eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- e) Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes fornecedores objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- f) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
- g) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital do Pregão Eletrônico que originou a presente ata de registro de preços.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE FORNECEDORA

5.1 O licitante FORNECEDOR, signatário desta ata de registro de preços, obriga-se a:

- a) Retirar a respectiva nota de empenho, assinar o respectivo contrato ou instrumento jurídico equivalente, no prazo máximo de até 5 dias úteis, contados da convocação, no que couber;
- b) Informar, no prazo máximo de 5 dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante), que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata de registro de preços;
- c) Entregar os produtos conforme especificações e preços registrados na presente ata de registro de preços;
- d) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades referentes às condições firmadas na presente ata de registro de preços, constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ;
- e) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- f) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ata de registro de preços;
- g) Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos produtos fornecidos, com base na presente ata de registro de preços, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

- h) Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato decorrente do referido certame, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) vales-refeição; f) vales-transporte; e, g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
 - i) Manter os seus funcionários, quando da entrega e instalação das películas, sujeitos às normas disciplinares do TJ/RN, porém sem qualquer vínculo empregatício com este Órgão;
 - J) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do TJ/RN;
 - K) Manter, ainda, os seus funcionários identificados por crachá, quando da entrega e instalação das películas, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do TJ/RN;
 - L) Responder pelos danos causados diretamente ao TJ/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega e instalação das películas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo TJ/RN;
 - m) Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados no recinto do TJ/RN;
 - n) Medir os quantitativos nos locais/setores, que serão previamente solicitados pelo fiscal da ATA – servidor nomeado pelo Contratante – com o intuito de informar a quantidade necessária para atender a demanda do setor pleiteante, para que dessa maneira se possa tramitar o processo administrativo, motivando o empenho que por ventura venha ser oficializado.
 - o) Entregar e instalar os filmes de terrefelato (películas de controle solar), objeto desta licitação, em conformidade com os itens, especificações e características consignadas em sua proposta de preços, devendo, todas elas, serem novas, de primeiro uso, fabricadas de acordo com as normas técnicas vigentes, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, bem como, com prazo de garantia, de no mínimo, um (01) ano, contados da data do recebimento definitivo do produto pelo TJ/RN;
 - q) Substituir/trocar, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, nos prazos e condições fixados na respectiva proposta de preços;
 - r) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TJ/RN, cujas reclamações se obrigam atender prontamente, bem como, dar ciência ao TJ/RN, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato a ser firmado;
 - s) Prover todos os meios necessários à garantia do pleno atendimento das obrigações ora assumidas, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
 - t) Comunicar imediatamente ao TJ/RN qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelo TJ/RN;
 - u) Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, do TJ/RN;
 - v) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TJ/RN;
 - x) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da entrega e instalação das películas ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TJ/RN;
 - w) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à entrega e instalação das películas, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;
 - y) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do respectivo contrato;
 - z) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no respectivo processo licitatório;
- 5.2. A inadimplência da licitante contratada, com referência aos encargos estabelecidos nas letras w a y, do subitem 5.1, deste Termo de Referência, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao

TJ/RN, nem poderá onerar o objeto do contrato firmado, razão pela qual a licitante contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o TJ/RN.

5.3. Constituem obrigações do TJ/RN:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato decorrente licitação, bem como, aplicar a licitante contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;

II - Efetivar a satisfação do crédito da licitante contratada nos precisos termos dispostos neste Termo de Referência;

III - Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a serem formalmente solicitados pela licitante contratada, pertinente ao objeto do Contrato a ser firmado, decorrente deste certame;

IV – Assegurar, observadas as normas de segurança do TJ/RN, o acesso dos empregados da licitante contratada ao local onde serão entregues e instalados os materiais, objeto da presente licitação;

V - Efetuar o recebimento e aferição dos produtos, objeto deste certame, através da Comissão designada para esse fim ou servidor indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, fornecendo comprovante a licitante contratada;

VI – Verificar, através da Comissão ou servidor indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, a conferência e recebimento dos produtos e se estão em estreita conformidade com as especificações e características consignadas na respectiva proposta de preços;

VII - Comunicar a licitante contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na entrega dos produtos, exigindo que o mesmo adote as providências necessárias para sanar os problemas;

VIII - Sustar o recebimento dos produtos que não estiverem em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços;

IX - Exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a contratação do licitante e habilitação no presente processo de licitação;

X - Permitir o acesso dos técnicos da licitante contratada às dependências e aos materiais de propriedade do TJ/RN, para execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

CLÁUSULA 6ª – DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1 A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, vedado o acréscimo de quantitativos, nos termos do § 1º do Art. 12 do Decreto 7.892/2013.

a) A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR, através de sua Central de Registro de Preços ou de outro órgão designado para tal, promover as necessárias negociações junto aos licitantes FORNECEDORES signatários da presente ata de registro de preços para negociar o novo valor compatível com o praticado no mercado.

b) Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da presente ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

c) Em qualquer hipótese de majoração dos preços registrados, deverá o respectivo procedimento ser instruído com planilhas analíticas de custos, que justifiquem a medida, devendo, as mesmas, estarem acompanhadas dos seguintes documentos: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários ao embasamento do respectivo ato.

d) Quaisquer alterações nos preços, ora registrados, deverão ser concretizadas sempre através de aditivos à presente ata de registro de preços e somente passarão a valer depois de devidamente publicadas na imprensa oficial (Diário da Justiça Eletrônico).

CLÁUSULA 7ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA LICITANTE FORNECEDORA

O licitante FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

7.1 Por iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, quando:

- a) Não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ata de registro de preços;
- b) Recusar-se a retirar a Nota de Empenho e assinar o respectivo contrato nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;
- c) Der causa à rescisão administrativa decorrente desta ata de registro de preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
- e) Não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- f) Não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação; Em razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 Por iniciativa do próprio licitante FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar, documentalmente, a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas nesta ata de registro de preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual; Parágrafo único. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (ÓRGÃO GERENCIADOR).

CLÁUSULA 8ª – DAS PENALIDADES.

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas nesta ata de registro de preços, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o FORNECEDOR sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

- 8.1 Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- 8.2 Multa nas seguintes condições:
 - a) Pelo atraso na entrega do bem e/ou serviço em relação ao prazo estipulado: 1% do valor do bem ou serviço não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor do bem;
 - b) Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou serviço, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% do valor do bem ou serviço;
 - c) Pela demora em substituir o bem e/ou serviço rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% do valor do bem ou serviço recusado, por dia decorrido;
 - d) Pela recusa do Contratado em substituir o bem e/ou serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% do valor do bem ou serviço rejeitado;
 - e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nesta ata ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% do valor contratado, para cada evento;
 - f) As multas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;
- I Os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, ser recolhidos espontaneamente pelo licitante FORNECEDOR no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação.
- II. Expirado o prazo fixado no parágrafo anterior e não tendo o licitante FORNECEDOR recolhido os referidos valores, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte está autorizado, pelo

licitante FORNECEDOR, a descontar da respectiva garantia contratual ou de pagamentos eventualmente devidos, a importância correspondente à multa ainda não quitada.

- III. Em última hipótese, não sendo o valor da garantia suficiente para saldar o valor da multa imposta, o valor remanescente será cobrado judicialmente, assegurado ao licitante FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.
- IV. À Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios caberá efetuar o registro da aplicação das penalidades no SICAF.
- 8.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR, pelo prazo de até 5 anos, conforme disposto no art. 14, do Decreto Estadual nº 17.144, de 16 de outubro de 2003;
- 8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o ÓRGÃO GERENCIADOR, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA 9ª – DA ADESÃO.

- 9.1 A permissão para adesão é uma faculdade do ÓRGÃO GERENCIADO;
- 9.2 Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização desta ata de registro de preços, independentemente da participação ou não na licitação que a originou, observadas as exigências contidas na legislação pertinente;
- 9.3 As adesões a esta ata não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA 10ª – DA PUBLICAÇÃO E VALIDADE.

- 10.1 Este registro de preços tem validade de 12 meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação desta ata na imprensa oficial (Diário da Justiça Eletrônico), em conformidade com as disposições do art. 110 da Lei 8.666/93;
- 10.2 O Diário da Justiça Eletrônico está disponível no endereço eletrônico abaixo:
<http://www.diario.tjrn.jus.br/>

CLÁUSULA 11ª – DO FORO

- 11.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente ata de registro de preços, fica eleito o foro da Cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E por estarem às partes, justas, combinadas e contratadas, firmam o presente instrumento contratual em quatro vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.

EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA
Desembargador Presidente
Tribunal de justiça do Rio Grande do Norte

JULEAN DECORAÇÕES LTDA
Ângela Euzébio Fernandes

ANEXO I - CADASTRO RESERVA

1. Para a formação do cadastro reserva, ficam registrados, para eventuais contratações futuras, os fornecedores que manifestaram interesse em aderir ao presente cadastro, nas mesmas condições do fornecedor detentor da melhor oferta, em conformidade com o relatório enviado ao SIASG :

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR	GRUPO I
1	ECOLIX - COMERCIO E SERVICOS LTDA; CNPJ: 02.781.783/0001-13 ENDEREÇO: RUA DOS TOROROS, 1891 - LAGOA NOVA – CEP 59.054-550 TELEFONE: (84) 3213-8111 E-MAIL: ecolix@bol.com.br	

2. Os fornecedores registrados para a formação do CADASTRO RESERVA só se beneficiarão no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante do respectivo certame licitatório, ou no caso de liberação do compromisso assumido, sempre obedecida à ordem de classificação;
3. A habilitação dos fornecedores que compõe o cadastro reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor integrante deste cadastro, devendo apresentar a documentação de habilitação, em conformidade com as exigência do edital, sob pena de cancelamento do seu registro e convocação do fornecedor seguinte, quando houver, observada a ordem de classificação.

EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA
Desembargador Presidente
Tribunal de justiça do Rio Grande do Norte